











PROTOCOLO DE INTENÇÕES PELA SEGURANÇA E NORMALIDADE DAS ELEIÇÕES

Protocolo de Intenções pela Segurança e Normalidade das Eleições que celebram entre si o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás (TRE-GO), o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), o Ministério Público Eleitoral em Goiás (MPE), o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), a Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás (SRPF-GO) e a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Goiás (SRPRF-GO), com a finalidade de assegurar a normalidade das eleições, a segurança dos magistrados envolvidos e a regular posse dos eleitos nas Eleições Gerais de 2022, conforme o preceituado no Provimento nº 135, de 2 de setembro de 2022, expedido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente Protocolo de Intenções pela Segurança e Normalidade das Eleições é celebrado com o intuito de prevenir e reprimir ocorrências de violência político-partidária que possam colocar em risco a normalidade do processo eleitoral e a posse dos eleitos nas Eleições Gerais de 2022, no âmbito do Estado de Goiás, por meio da adoção de medidas concretas voltadas à identificação dos agentes responsáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS RESPONSABILIDADES

 I – Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás encaminhar às autoridades competentes quaisquer notícias de atos de violência político-partidária de que tenha conhecimento;

II – Caberá aos órgãos signatários:

a) iniciar, conforme suas atribuições legais, os atos de investigação, levantamento de informações e persecução penal com a maior brevidade possível, mesmo com informações recebidas por meios eletrônicos;

g. X

N. A.













- b) unir esforços na construção de um ambiente pacífico e saudável no período eleitoral e posteriormente a ele, até a posse dos eleitos;
- c) adotar ações de prevenção e de enfrentamento a atos de violência políticopartidária, inclusive mediante ferramentas de inteligência, voltadas à preservação da liberdade de expressão e de imprensa, da estabilidade social e da normalidade democrática e constitucional;
- d) adotar ações especiais quanto à segurança dos magistrados, membros do Ministério Público e servidores envolvidos no processo eleitoral;

CLÁUSULA TERCEIRA — DO ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da execução do presente instrumento dar-se-á pela indicação formal de servidores por parte dos órgãos signatários, sendo todas as comunicações encaminhadas aos representantes indicados.

CLÁUSULA QUARTA — DOS RECURSOS

Eventuais despesas decorrentes da ação conjunta de que trata o presente Protocolo de Intenções serão de responsabilidade de cada partícipe, não envolvendo a transferência de recursos.

CLÁUSULA QUINTA — DA VIGÊNCIA

Este instrumento terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 5 de janeiro de 2023, com a possibilidade de prorrogação a ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA — DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser alterado, por meio de Termo Aditivo, ou rescindido pela iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação expressa aos demais signatários.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA PUBLICAÇÃO

O presente Protocolo de Intenções será publicado nos respectivos diários oficiais dos signatários.

S signaturios:













E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 7 (sete) vias.

Desembargador **Itaney Francisco Campos**Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Desembargador **Carlos Alberto França** Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás

> Dr. Celio Vieira da Silva Procurador Regional Eleitoral

Dr. Aylton Flávio Vechi

Procurador-Geral de Justiça de Goiás

Cel. Renato Brum dos Santos

Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás

Dra. Cassandra Ferreira Alves Parazi

Superintendente da Polícia Federal em Goiás

Dr. Luiz Fernando Naves Sanches de Siqueira

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Goiás